

Em cumprimento ao artigo nono, parágrafo quarto, da lei nº 101/01. Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às onze horas, teve início a Assembleia, estando presentes o Secretário municipal da Fazenda, S. Leonardo Ramos de Oliveira e o Sr. Rodrigo Amorim Camargo, Controlador Geral do município. Estiveram também presentes os vereadores José Marques, Paulo Cesar, Paulo Sandro, Bruno Almeida e Cristina Magno. Fez uso da palavra o Sr. Leonardo Ramos, que proferiu a leitura da edição nº 1227 de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois do Notícia Oficial. Os representantes da prefeitura explanaram sobre o conteúdo do relatório referente ao terceiro Quadrimestre de dois mil e vinte e um. Informaram que as receitas realizadas foram capazes de suprir as despesas, cujo detalhamento encontra-se no Relatório de Oftálio Fiscal. Quanto a receita orçamentária a previsão original para o exercício de 2021, foi de R\$ 555.000.000,00 (quinhentos e cinquenta e cinco milhões de reais); vendo que a receita realizada acumulada no terceiro quadrimestre de 2021, foi de R\$ 694.712.229,40 (seus e noventa e quatro milhões, setecentos e dez mil, duzentos e vinte e nove reais e quarenta centavos). Quanto as despesas, realizaram acumuladamente R\$ 711.430.684,90 (setecentos e onze milhões, quatrocentos e tinta mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos). O que gerou um déficit de R\$ 16.718.455,50 (dezessete milhões, setecentos e dezato mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos). Informar que as metas fiscais estão sendo adequadamente cumpridas ao longo dos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, tal como estabelece a Constituição Federal e a própria lei de Responsabilidade Fiscal, ressaltando os seguintes dados: Educação: 27,43%; Saúde: 16,60%; Fundeb: 79,50%. O município também conseguiu que suas

duplas de pessoal da ativa estavam dentro do limite legal, estabelecido pela lei de Responsabilidade Fiscal, no percentual de 3,01%, portanto, abaixo do limite de alerta que é de 48,60% com distância do limite máximo, que é de 54%. Resaltar que existe um déficit na previdência, o que é grave, pois já vem se acumulando ao longo dos anos, tentando estágio trabalhando para minimizar o quadro. A Secretaria de Finanças do município e a Contadoria Geral se colocaram imediatamente à disposição para maiores informações. Paula Novais de Souza, elaborou o relatório.

~~Douglas~~  
~~José Lúcio~~  
~~Paula Novais de Souza~~

Em cumprimento ao artigo nono, parágrafo quarto, da lei nº 101/01. Os trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, às onze horas, deve iniciar a Assembleia, estando presentes o Secretário municipal da Fazenda, Sr. Leonardo Ramos e o Sr. Rodrigo Amorim, Controlador Geral do Município. Estiveram presentes também os vereadores: Marcos Pimentel, Jamilma Alves, Carlos Josi, Fernanda Carneiro e José Marques, bem como o Diretor da Secretaria, Sr. Júlio Ribeiro. Fez uso da palavra o Sr. Leonardo Ramos, que propôs a leitura da Edição nº 1296 de Trinta de maio de dois mil e vinte e dois, do jornal Oficial. Os representantes das prefeituras explanaram sobre o conteúdo do relatório referente ao primeiro quadrimestre de dois mil e vinte e dois. Informaram que as recitas realizadas foram capazes de suportar as despesas, cujo detalhamento encontra-se no Relatório da Conta Fiscal. Quanto à conta orçamentária, a previsão para o exercício de dois mil e vinte e dois é de R\$ 598.100.000,00 (quinhentos e noventa e sete milhões e cem mil reais), sendo que a recita realizada acumulada no 1º quadrimestre de dois mil e vinte e dois foi de R\$ 261.625.707,20 (duzentos e sessenta e um milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, seiscentos e sete reais e vinte centavos). Quanto às despesas, realizaram acumuladamente R\$ 179.320.110,30 (cento e setenta e nove milhões, trezentos e vinte mil, cento e dez reais e trinta centavos). Informou que as metas fiscais estão sendo adequadamente cumpridas ao longo dos anos, tal como estabelece a Constituição Federal e a lei de Responsabilidade Fiscal, ressaltando os seguintes dados: Educação: 15,20%; Saúde: 11,80%; Fundeb: 54,40%. O município também conseguiu que suas despesas de pessoal estejam dentro da lei de Responsabilidade Fiscal, estando dentro do seu limite legal, no percentual de 39,54%.

Ressaltar que existe um déficit na Previdência, que é grave e já vem se acumulando ao longo dos anos, tentando estão trabalhando para minimizar o quadro. A Secretaria de Finanças do Município e a Controladoria Geral se colocaram à disposição para maiores informações. Pausa nova de Párra, elaborou a redação.

*(Assinatura de Párra)*

Assunto: Deficiência da Previdência Social no Município de São José do Rio Preto

Prezado Sr. Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Preto,

Estou encaminhando para sua apreciação o relatório da auditoria externa realizada pela Controladoria Geral do Município, que constata a existência de uma deficiência financeira na Previdência Social, que deve ser corrigida imediatamente.

O relatório destaca que a deficiência financeira é resultado da má gestão da previdência social, que não tem sido eficiente em suas funções de administrar os recursos da previdência social de forma responsável e transparente.

É importante ressaltar que a deficiência financeira da previdência social é uma questão séria que afeta a sustentabilidade do sistema de aposentadorias e pensionamentos. Se não for corrigida, pode levar a problemas graves para os contribuintes e para a economia local.

Por isso, é fundamental que a Câmara Municipal de São José do Rio Preto adote medidas imediatas para corrigir a deficiência financeira da previdência social. Isso pode ser feito através de mudanças na legislação, como a criação de novos impostos ou a redução de despesas, ou através de outras medidas que visem a garantir a sustentabilidade do sistema de aposentadorias e pensionamentos.

É importante que todos os cidadãos contribuam para a manutenção da previdência social, através de suas contribuições e de suas opiniões. Sua participação é fundamental para garantir a sustentabilidade do sistema de aposentadorias e pensionamentos.

Por isso, é fundamental que a Câmara Municipal de São José do Rio Preto adote medidas imediatas para corrigir a deficiência financeira da previdência social. Isso pode levar a problemas graves para os contribuintes e para a economia local.

Em cumprimento ao artigo nono, parágrafo quarto da Lei nº 101/01. Os trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, às onze horas, teve início a Assembleia, estando presentes o Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Leonardo Ramos, o Controlador Geral do Município, Sr. Rodrigo Amorim e os vereadores José Marques e Jefferson Mameli. Fiz uso da palavra, o Sr. Leonardo Ramos que propriou a leitura da edição nº 1316 de vinte eito de setembro de dois mil e vinte e dois, do Notícia Oficial. Os representantes da prefeitura explanaram sobre o conteúdo do relatório referente ao segundo quadrimestre do exercício fiscal de dois mil e vinte e dois. Informaram que as receitas realizadas foram capazes de suportar as despesas, cujo detalhamento encontra-se no Relatório de Gestão Fiscal. Quanto a recita orçamentária, a previsão para o exercício de dois mil e vinte e dois é de R\$ 598.100,00, sendo que a recita realizada acumulada no 2º quadrimestre de dois mil e vinte e dois foi de R\$ 552.989.742,90. Quanto as despesas (pagas) realizaram acumuladamente no exercício R\$ 426.105.266,50. O que gerou um superávit de R\$ 126.894.476,40. A Secretaria de Finanças do município de Barra Mansa vem adotando medidas de combate à evasão e逃evasão fiscal. Informar que as metas fiscais estão sendo adequadamente cumpridas ao longo dos anos, tal como estabelece a Constituição Federal e a própria lei de Responsabilidade Fiscal, ressaltando os seguintes dados: Educação: 21,97%; Saúde: 15,20%; Fundeb: 75,69%. O município também conseguiu que suas despesas de pessoal da ativa estejam dentro do limite legal estabelecido pela lei de Responsabilidade Fiscal, no percentual de R\$ 41,16%, abaixo do limite de alerta que é de

AB, 601. e com distância do limite máximo de 541.  
Russelton que existe um deficit na Província, que é  
grave e já vem sendo acumulado ao longo dos anos, an-  
tutanto estão trabalhando para minimizar o quadro.  
Terminada a explanação, o vereador Jefferson Mamode  
solicita que seja incluída a data base do servidor,  
haja vista o aumento da alíquota da previdência.

A Secretaria de Finanças do município e a Controla-  
dora Geral se colocaram à disposição para maiores  
esclarecimentos. Paula Novais de Faria, elaborou e  
redigiu.

Dra  
Paula  
Faria